

## **Comunistas, antifascismo e revolução burguesa no Brasil na conjuntura da Segunda Guerra**

CARLOS ZACARIAS DE SENA JÚNIOR\*

Entre 1936 e 1948, o Partido Comunista do Brasil (PCB), viveu os melhores e os piores momentos de sua história. Após a fracassada tentativa insurrecional de novembro de 1935, inicialmente acuados pela onda de repressão que se abateu sobre os membros da Aliança Nacional Libertadora (ANL), os comunistas brasileiros, os principais protagonistas dos levantes que atingiram os quartéis de Natal, Recife e Rio de Janeiro, lograram superar as adversidades e reconstruir o seu Partido quase desbaratado pela repressão. O longo caminho da reconstrução significou, também, a incorporação de diversos balanços que pretendiam avaliar os significados da tentativa revolucionária fracassada e conduzir o Partido até o topo da luta de massas que viria a ressurgir no Brasil a partir de 1943.

Enquanto faziam um balanço político, sobretudo da tática, os comunistas brasileiros aprofundavam sua visão estratégica da revolução democrático-burguesa no Brasil, tentando combinar uma nova política, surgida com a linha de Frente Popular emanada da Internacional Comunista, à compreensão das tarefas democráticas da revolução brasileira o que pressupunha a superação do que entediam ser os vestígios feudais da realidade no país.

Entre 1936 e 1948, o PCB saiu de uma situação de quase desaparecimento, de dura perseguição e clandestinidade para se colocar à frente das lutas antifascistas no país. Não obstante, os comunistas iriam se deparar com um movimento operário em franco processo de resgate da sua combatividade e de ampla disposição para a luta numa circunstância em que os sindicatos foram atrelados ao Estado.

Nos estertores da Segunda Guerra Mundial, enquanto a perspectiva de “coexistência pacífica” entre a URSS e as grandes potências ocidentais era uma possibilidade encarada pelos comunistas como real e necessária, a tão almejada aliança com os

---

\* Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal da Bahia (UFBA).

“setores progressistas” das burguesias dos diversos países parecia funcionar relativamente bem. Apenas para compor o quadro histórico de meados da década de 1940, a União Soviética aparecia para o mundo como a grande vitoriosa da Segunda Guerra Mundial, e em diversos países, os Partidos Comunistas arregimentavam adesões e colhiam simpatias entre amplos setores da intelectualidade e das massas trabalhadoras que os reconheciam como os mais combativos antifascistas.

A atmosfera reinante na década de 1940 era em tudo diferente daquela vivida nos duros anos 1930. Nesta época os objetivos do *Komintern*, traçados desde o VI Congresso de 1928, eram, sobretudo, derrotar a social-democracia, entendida como irmã gêmea do fascismo. Nesta circunstância, os dirigentes da IC pareciam subestimar que as forças da contra-revolução nazi-fascista avançavam no mundo sobre os escombros do movimento operário, tanto que sequer haviam estabelecido uma caracterização própria do novo inimigo, haja vista que formularam e buscaram aplicar uma tática ofensiva conhecida como “terceiro período”, aparentemente incapazes de distinguir entre o fascismo e o regime burguês liberal clássico.

Foi a ascensão de Hitler na Alemanha, em 1933, que provocou uma necessária revisão da linha política da Internacional Comunista (IC). Iniciada pela França ainda em 1933, a reedição da política de Frente Única ganhou contornos originais quando em 1934 o Partido Radical, uma agremiação da oposição burguesa, foi convidada a compor uma frente com socialistas e comunistas da SFIO e do PCF, respectivamente. (DASSÚ, 1988: 315-317) Após meses de relutância e inúmeras polêmicas com a seção francesa da Terceira Internacional, foi apenas no VII Congresso em 1935 que o *Komintern* incorporou definitivamente a nova política e a exarou como linha oficial do movimento comunista internacional. Jorge Dimitrov, dirigente do Partido Comunista da Bulgária e prestigiado membro do Comitê Executivo da Internacional Comunista (CEIC), formulou os elementos centrais da nova tática, através do informe oferecido ao Congresso realizado em Moscou em agosto daquele ano. Num documento, que tinha por título “A ofensiva do fascismo e as tarefas da Internacional Comunista na luta pela unidade da classe operária contra o fascismo”, o dirigente do CEIC reconhecia que o fascismo era tanto uma expressão da contra-revolução como uma característica do capitalismo em sua época de crise, de maneira que seria necessária uma nova

caracterização do fenômeno que o distinguísse das outras formas de dominação burguesa. (DIMITROV, 1976: 9-90) De acordo com Dimitrov:

A chegada ao poder do fascismo *não é a vulgar substituição* de um governo burguês por outro, mas sim a substituição, feita por estadismo [sic], da dominação da classe burguesa – a democracia burguesa – por uma outra forma desta mesma dominação, a ditadura terrorista declarada. O não reconhecimento dessa distinção seria um erro grave [...].(DIMITROV, 1976: 12)

A despeito da nova definição de fascismo oferecida pelo *Komintern*, o comunista búlgaro prosseguia apontando as responsabilidades históricas dos chefes da social-democracia que, com sua política de colaboração de classes, haviam desarmado a classe operária diante da ascensão do inimigo. (DIMITROV, 1976: 19-20) Os Partidos Comunistas também eram criticados, mas apenas superficialmente, de maneira que não se avaliavam as responsabilidades históricas da IC quanto à linha do “terceiro período” e a caracterização da social-democracia como social-fascismo ocorrida há alguns anos; apenas se apontavam alguns erros sectários presentes na política dos comunistas, o que implicava em substanciais ajustes táticos. Tal reajuste passava pela compreensão do que vinha ser o fascismo, pois se dizia que os comunistas haviam sub-dimensionado o perigo e, por este motivo, terminaram desacreditando das suas próprias forças. (DIMITROV, 1976: 21-22)<sup>1</sup> Dessa forma, a IC entendia a necessidade de luta pela Frente Única na condição em que os comunistas soubessem identificar o momento de deixar de lado a defensiva e de partirem para a ofensiva “orientando-nos rumo à *organização da greve política de massas*” com vistas à revolução. (DIMITROV, 1976: 35)

Grosso modo, a nova tática emanada do CEIC recuperava os elementos centrais da formulação de Frente Única adotada no III Congresso da IC, de 1921. Não obstante, ela não se limitava à Frente Única operária, pois a compreensão de Dimitrov era a de que a ascensão do nazi-fascismo não apenas significava o avanço da contra-revolução sobre as organizações operárias de comunistas e sociais-democratas, mas implicava, também, na derrota de uma parcela da burguesia “aterrorizada perante a realização da unidade de luta da classe operária, aterrorizada perante a revolução e já sem a possibilidade de

---

<sup>1</sup> Marta Dassú chama a atenção para a ausência de autocritica nas resoluções finais do congresso e a necessidade de não legitimar as críticas de Trotsky quanto às teses do “social-fascismo” (DASSÚ, 1988: 328).

manter a ditadura sobre as massas por meio dos velhos métodos da democracia burguesa e do parlamentarismo”. (DIMITROV, 1976: 10) Com efeito, os comunistas eram orientados a criar “*uma vasta frente popular antifascista sobre a base da frente única proletária*”, atraindo para o seu campo político os amplos setores do campesinato e da pequena burguesia urbana, parte deles sob a influência direta da burguesia e de seus partidos. (DIMITROV, 1976: 38, grifos no original) Dimitrov entendia que o desenvolvimento da frente única proletária dependeria, “em grande medida, da sua transformação numa frente popular contra o fascismo”. (DIMITROV, 1976: 98)

A inflexão na linha política da IC anunciada no VII Congresso foi de tal forma significativa que em seu discurso de encerramento Dimitrov achou por bem esclarecer aos camaradas que tinham dúvidas se começaria pela frente única ou pela frente popular. Conforme o dirigente do CEIC tal questão indicava que uns e outros não compreendiam

que a frente única do proletariado e a frente popular antifascista estão intimamente ligadas uma à outra pela *dialética viva da luta*, que se penetram reciprocamente, se transformam uma na outra durante a luta prática contra o fascismo e estão longe de serem separadas por uma espécie de grande muralha. (DIMITROV, 1976: 98)

Era sem dúvida a maior inflexão ocorrida no interior da Internacional Comunista desde a sua fundação e ela se dava justamente num momento de grande adversidade frente ao ascenso da contra-revolução em vários países.

A política de Frente Popular passou a ser a tática privilegiada dos Partidos Comunistas na conjuntura de ascensão das ditaduras fascistas ou *filofascistas* pelo mundo, de maneira que os exemplos mais vistosos da aplicação desta tática foram os casos francês e espanhol, em 1934 e 1936, respectivamente. Nestes dois exemplos, longe de configurarem uma tática defensiva, a Frente Popular significou a aceitação da parte dos comunistas na participação em governos de ampla coalizão com as burguesias. Neste sentido, em diversos países, os Partidos Comunistas passaram a fazer composições com organizações da social-democracia e da própria burguesia que, ainda assim, ou justamente por isso, não conseguiam impedir a imensa polarização que alcançava as sociedades, muitas das quais mergulhadas em profunda crise revolucionária. A instabilidade permanente de tais governos de Frente Popular constituiu o traço

característico mais importante deste período de ascenso da contra-revolução nazifascista e avanço eleitoral das forças do movimento operário que polarizavam, na base, os destinos de inúmeros povos do planeta.

No Brasil, após a frustrada tentativa insurrecional de 1935, os comunistas buscaram se defender da repressão, evacuando sua direção da capital do país em busca de áreas de recuo menos atingidas pela repressão. Foi na cidade do Salvador, capital do estado da Bahia, que o dirigente do Secretariado Nacional (SN) Elias Reinaldo da Silva, conhecido como André ou Sousa, foi ao encontro dos membros do *Bureau* Político (BP) do PCB com o objetivo de definir os rumos do Partido que vinha sobrevivendo a duras penas. Na capital baiana estavam Lauro Reginaldo da Rocha, conhecido como Bangu e Honório de Freitas Guimarães, codinome Martins, que se juntaram a André, recém-chegado da URSS, para elaborarem um documento que marcaria a transição entre a tática do “terceiro período” e a Frente Popular no país.

De acordo com um termo de “Informação” sobre Elias Reinaldo da Silva, elaborado pela IC quando da sua prisão em 1940, André teria sido “incumbido pelo secretariado de Van-Min de ajudar o partido na reorganização do BP e na correção dos erros esquerdistas” predominantes no PCB.<sup>2</sup> Antes de seguir para Salvador, André teria feito uma “escala” no Rio de Janeiro, onde debateu as suas posições com alguns membros da direção do Partido que estavam naquela cidade, só seguindo para Salvador depois de conseguir o acordo dos poucos dirigentes que ainda se encontravam na capital do país. (KAREPOVS, 2003: 123)

Consustanciando um balanço político iniciado em fins de 1935 ainda no calor da hora e enquanto os comunistas permaneciam acreditando que haviam lançado o primeiro ato da revolução no país, o documento aprofunda uma leitura crítica da postura do PCB que vinha sendo realizada desde março de 1936. (VIANNA, 1992: 281) Corria o mês de dezembro quando o BP publicou o documento “A marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes”, expressão da nova orientação do movimento

---

<sup>2</sup> Documentação da Internacional Comunista sobre o Partido Comunista Brasileiro, pasta 22, sem catalogação, Arquivo de História Social do ICS da Universidade de Lisboa.

comunista internacional que alcançava o auge naqueles anos.<sup>3</sup> A linha de Frente Popular ganhava, no Brasil, sua formulação definitiva.

Pelo texto, os comunistas consideravam a linha praticada com a Aliança Nacional Libertadora como “esquerdista” e “sectária”, e apontavam que a “frente nacional unificada” em torno da ANL, deveria ser um “bloco de classes” contra o imperialismo, “o inimigo nº 1 do povo brasileiro”. Tais equívocos, assumidos pelo PCB em 1935, seriam o resultado “de uma posição falsa com referência à *burguesia nacional* motivada pela velha incompreensão sobre as forças motrizes e o caráter da Revolução Brasileira”. Pela ótica do documento, o PCB deveria atuar no interior da ANL, junto às “classes aliadas”, não definindo uma “hegemonia antecipada”, mas “buscando conquistá-la no curso das lutas”.

O que fizemos realmente, na maioria dos casos, foi restringir a frente única, afastando dela a *burguesia nacional e grandes setores reformistas da pequena burguesia e do proletariado*. E dessa forma impedindo a A.N.L. de se desenvolver e de ser o bloco de classes necessário para dirigir e levar até a vitória a Revolução Nacional Libertadora, ao mesmo tempo que facilitava as provocações que visavam apresentar a A.N.L. apenas como uma fachada do PCB. (grifos no original)

O principal problema do país, de acordo ainda com o documento, era o imperialismo que dominaria todos os setores da economia, desde a indústria até o campo, com o beneplácito do “governo de traição nacional de Getúlio Vargas”. O Brasil era entendido como “semicolonial”, “semifeudal” e “semiescravagista”, tendo passado da condição de colônia de Portugal para as mãos do imperialismo inglês que, por sua vez, sofria a concorrência direta do imperialismo americano, de maneira que a independência nacional era apenas uma ficção.

Quanto ao governo de Getúlio Vargas, o BP caracterizava como avançando rapidamente para o fascismo, com o estabelecimento de leis de exceção e de um “tribunal infame” desencadeador de uma “bárbara reação”. Não obstante, os comunistas não desprezavam o potencial das alianças com os setores ditos progressistas da burguesia contra o

---

<sup>3</sup> “A marcha da revolução nacional libertadora e suas forças motrizes”, SN do PCB, s/d. CEDEM/UNESP, Fundo: IC, 495.29.96, Rolo: 05. Dainis Karepovs, que transcreveu o documento na sua dissertação de mestrado, precisou a data e o local em que teria sido produzido e publicado o documento: Salvador, dezembro de 1936. (KAREPOVS, 1996: p. 159-163).

fascismo encastelado no governo, de modo que apontavam para o seu setor *nacional* como um dos mais importantes aliados na luta contra o imperialismo e o fascismo: “O fato de que a burguesia nacional em sua maioria é anticomunista não impede que ela seja revolucionária contra o imperialismo”, dizia o documento. Ainda consideravam que o maior erro dos comunistas havia sido “não reconhecer a existência de uma burguesia nacional e negar que ela seja revolucionária na etapa atual”. Seria necessário, portanto, “trazer a burguesia nacional para o terreno da Revolução Nacional Libertadora”, com o fito de abandonar de vez “o medo de caminhar junto” com aquele que seria um “importante aliado”. Romper-se-ia, assim, a falsa posição “esquerdista” que vinha sendo mantida pelos comunistas desde a primeira metade da década de 1930, posição esta que tinha impedido a ANL de se transformar no “bloco de classes capaz de levar com vantagem a luta contra o imperialismo”. A conclusão dos pecebistas era a de que “[s]em mobilizarmos a burguesia nacional contra o imperialismo, será difícil derrotá-lo”.

A inflexão do Partido brasileiro, datada de 1936, ainda seria aprofundada nos anos seguintes, conforme a guerra se aproximava e as forças do nazi-fascismo influenciavam cada vez mais o governo de Getúlio Vargas caracterizado como fascista após a decretação do Estado Novo em novembro de 1937. Todavia, tão logo Vargas derrotou o *putsch* integralista de março de 1938, o PCB passou a admitir que no interior do governo havia grupos que se confrontavam, cabendo aos comunistas envidarem esforços para a vitória das correntes democráticas e pró-americanas. De sua parte, o próprio Luiz Carlos Prestes, enquanto esteve preso, chegou a assumir que apoiaria o governo de Vargas caso este adotasse posturas democráticas e antifascistas.

Em 1938 Prestes dirigiu algumas cartas ao tenente Severo Fournier, líder do levante integralista que em maio de 1938 havia tentado derrubar Getúlio.<sup>4</sup> O dirigente comunista assegurou que estava disposto a apoiar o governo de Vargas, ou “qualquer outro governo”, desde que este cumprisse um programa centrado em três pontos: *democracia, nacionalismo e bem estar do povo*. Segundo Prestes, “[n]esta luta, meu

---

<sup>4</sup> Na sua primeira carta endereçada à Severo Fournier, Prestes esclarecia o *porque* de lhe escrever: “Não sei se o senhor é integralista, isto é, se, como os integralistas, faz, igualmente, do ódio aos comunistas o primeiro objetivo da vida. Escrevo-lhe, porém, porque penso que não. Vejo no senhor, pelo que conheço de sua atitude nesses últimos meses, um homem digno, revoltado contra a tirania que enxovalha nossa Pátria”. (PRESTES, 1947: 23)

*amigo, não devemos ver os homens e apoiar até o próprio Getúlio se, amanhã, compreender a necessidade nacional de um tal programa, e quem lhe escreve isto é o homem que, pessoalmente, tem a Getúlio o mais justificado ódio*". Sobre este ponto o Cavaleiro da Esperança se referia à entrega às SS nazista de Olga Benário, sua companheira que estava grávida de algumas semanas.

O programa, apresentado por Prestes, consistia nos seguintes pontos: 1) *Democracia*, isto é, escolha dos governantes pelos governados e absoluto respeito às liberdades populares: liberdade de pensamento, de reunião, de associação, etc.; 2) *Nacionalismo* (não chauvinismo), isto é, medidas práticas que assegurem a nossa emancipação econômica (como a criação de uma indústria pesada e efetivamente nacional) e que facilitem a organização da defesa nacional; 3) *Bem estar do povo*, isto é, medidas práticas que assegurem a diminuição do custo de vida e a melhoria imediata da situação de miséria em que definha o nosso povo (PRESTES, 1947: 25).

Nesta carta Prestes usaria, pela primeira vez, a expressão "União Nacional" para se referir à política defendida para o momento, admitindo pretender construir a unidade "acima dos homens e dos partidos", posto que somente os "homens dignos não se opõem à união em torno de um programa prático, desde que não sejam obrigados a renunciar suas idéias e convicções". Dizia Prestes: "O nosso dever é pregar sem desfalecimentos e com a eloquência dos convictos a necessidade da União Nacional em torno do programa que lhe expus". (PRESTES, 1947: 26) O dirigente comunista que mesmo preso permanecia influente no PCB, relutara em aceitar a inflexão que o seu Partido vinha promovendo sob a liderança de Bangu desde fins de 1936. (ZIMBARG, 2001: 106) Entretanto, em pouco tempo o Cavaleiro da Esperança passava a admitir as possibilidades que a luta pela *democracia*, ao lado do governo e da *burguesia nacional*, poderia proporcionar aos comunistas. Com efeito, Prestes passa a defender a postura estratégica quanto às tarefas *burguesas* da *revolução brasileira* que tinha o imperativo tático da aliança com os setores da democracia e a efetivação da União Nacional antifascista:

*Aqui o essencial, no momento, é romper todos os freios que estão impedindo o nosso desenvolvimento capitalista, implantando democracia de verdade, pela primeira vez, em nossa Pátria, e dando um impulso ao seu progresso econômico e à cultura de nosso povo. Nós comunistas, dizemos, por isso, que a Revolução brasileira está, atualmente,*

*em sua etapa democrático-burguesa. [...] E é por isso que no Brasil de hoje, só são adversários conscientes da democracia os grandes fazendeiros mais reacionários, que querem impedir o desenvolvimento da pequena propriedade agrícola, e os agentes do capital financeiro, dos grandes banqueiros estrangeiros, em particular, no momento o imperialismo mais reacionário, o imperialismo fascista. (PRESTES, 1947: 30)*

É nesta carta, a terceira enviada ao tenente integralista, que Prestes justifica a disposição em apoiar Vargas, para que não restem dúvidas de que o PCB, ao menos naquela conjuntura, pretendia atuar no campo da democracia contra o fascismo:

Ora, ante a alternativa de apoiar Getúlio e a de assistir de braços cruzados a uma aventura que nos poderá levar ao terror fascista e à invasão estrangeira, nenhum democrata poderia vacilar. Ante qualquer ameaça fascista, nós, aliancistas, procuraremos sempre, o outro lado da barricada e apoiaremos Getúlio se ele também estiver do nosso lado. (PRESTES, 1947: 32)

A inflexão apontada pelo PCB em fins da década de 1930 se efetivou como prática política fundamentalmente a partir de 1941, quando a URSS foi invadida pela Alemanha rompendo o pacto germano-soviético de 1939. No ano seguinte, após os bombardeios à base norte-americana de Pearl Harbor pelos japoneses, circunstâncias que levaram os Estados Unidos a deflagrarem guerra contra o Eixo, os comunistas brasileiros se viram na condição de apoiadores de uma aliança entre as democracias ocidentais e a dita democracia soviética. Tal condição de apoio só ganhou o protagonismo das massas urbanas do Brasil quando navios verde e amarelos foram afundados por submarinos alemães na costa do nordeste, em março de 1943. (SENA JÚNIOR, 2009: 129-139) Com efeito, os comunistas ocuparam a cabeça das manifestações, sempre empunhando a bandeira da União Nacional e do antifascismo, mas exigindo reformas no país, inclusive anistia para os presos políticos.

A mobilização crescente da sociedade brasileira veio ao encontro dos anseios de Getúlio Vargas. O chefe do Executivo, comandante supremo das forças armadas e à frente de uma ditadura que vigorava desde 1937, avançava na montagem do estado corporativo através de leis sobre o trabalho que culminaram na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943. Ainda em agosto deste ano, após sofrer pressões das ruas e entabular negociações com o governo norte-americano, Vargas declara guerra ao Eixo, virando sua política no sentido da União Nacional exortada pelos comunistas. Da aproximação entre Getúlio e a classe trabalhadora, aproximação esta que o PCB pretendia afiançar, os setores do demoliberalismo brasileiro, sempre desconfiados, procuraram se afastar e

construíram uma ampla campanha contra Vargas e o PCB a partir de 1945. Nessa altura, quando o conflito mundial parecia caminhar para a vitória dos Aliados, só restou ao ditador proclamar a Anistia para os presos políticos no Brasil. Prestes foi libertado ao final da tarde do dia 18 de abril de 1945, partindo de sua cela para dirigir os trabalhadores brasileiros em suas lutas, pretendendo que as bandeiras dos comunistas fossem, também, as bandeiras da classe operária que havia voltado à cena no início deste ano.

É bastante conhecido o discurso pronunciado por Prestes no estádio do Vasco da Gama, em 23 de abril de 1945. No palanque, onde se acotovelavam lideranças diversas, à esquerda e à direita, Prestes tratou de temas variados, começando pela própria anistia que o tinha beneficiado para em seguida evocar o exemplo dos “três maiores estadistas de nossa época”, Roosevelt, Churchill e Stalin. Estes, nas palavras do dirigente do PCB, teriam promovido a cooperação entre os três países para defender a vitória na guerra, cooperação esta que tendia a permanecer no pós-guerra, iniciando um período de “desenvolvimento pacífico para os povos do mundo inteiro”. Tal situação seria a consequência de novas condições históricas, que faziam com que os comunistas, que antes da guerra lutavam “contra a democracia burguesa aliada dos senhores feudais mais reacionários e submissa ao capital estrangeiro colonizador, opressor, explorador e imperialista”, passassem a lutar em defesa da democracia, entendendo que esta se voltava “*para a esquerda*”, criando condições para que a classe operária pudesse ampliar seu arco de alianças, dos camponeses e da pequena burguesia até a “parte democrata e progressista da burguesia nacional contra a minoria reacionária” (PRESTES *Apud* CARONE, 1982: 28-29).

Nas palavras de Prestes, os comunistas teriam aprendido a respeitar e a valorizar a *democracia*, posto que tinham vivido “sempre na ilegalidade”, condição em que podiam sentir o quanto diferia “esta nova época daqueles tempos de antes da guerra”, tempos em que eram “perseguidos”, “insultados” e “vilmente caluniados” como “traidores da pátria”. Contudo, dez anos de perseguições contra o comunismo tinham tornado o povo brasileiro “o mais comunista da América”, ou seja, o brasileiro era “aquele que de maneira mais firme e conseqüente luta contra o estado de coisas intoleráveis e injustas predominantes em nossa terra”. (PRESTES *Apud* CARONE, 1982: 30)

O PCB, portanto, defendia a linha política de União Nacional “para iniciar a solução dos graves problemas econômicos e sociais” do Brasil, até que se alcançasse “*de maneira pacífica*, através de eleições livres e honestas, a Assembléia Constituinte e a reconstitucionalização democrática”, almejada por todos os brasileiros. De acordo com o dirigente comunista, seria justamente o “atraso econômico” o maior obstáculo a se vencer, porque nada “se fez de prático nos últimos quinze anos”, para se “resolver as *contradições fundamentais entre as forças de produção em crescimento e uma infraestrutura econômica secularmente atrasada em que os restos feudais* lutam ainda por sobreviver em plena época da revolução socialista e da vitória do socialismo”. (PRESTES *Apud* CARONE, 1982: 31-32)

Como se pode observar, para resolver a contradição fundamental entre as forças produtivas do *capitalismo em desenvolvimento* e a *estrutura econômica feudal*, que por sua vez geraria relações de produção obsoletas, os comunistas lutavam pelo desenvolvimento e o progresso do Brasil. Não obstante, onde outrora havia uma luta encarniçada e violenta pela derrubada das condições históricas que possibilitavam o atraso, agora deveria haver uma transição por meios pacíficos e democráticos, dentro da “ordem e tranquilidade”. De acordo com Prestes, seria “dentro de um Parlamento democrático livremente eleito, de que participem os genuínos representantes do povo” que seria “*relativamente fácil* encontrar solução progressista de todos os problemas”, já que haveria a possibilidade de “*legislar contra o capital estrangeiro mais reacionário*, contra os contratos lesivos ao interesse nacional e ao progresso do país”, não querendo isto dizer que os comunistas eram contra o capital estrangeiro, como faziam questão de frisar os pecebistas (PRESTES *Apud* CARONE, 1982: 33-34, todos os grifos nossos).<sup>5</sup>

Todo o povo deveria lutar para que o país transitasse à democracia e às eleições e se mantivesse longe das ameaças e dos golpes. Prestes defendia o ponto de vista de que somente Getúlio Vargas poderia conduzir o Brasil para “eleições livres e honestas”, de maneira a entregar o poder àquele que fosse eleito pelo povo. Neste sentido, a saída de

---

<sup>5</sup> Sobre o capital estrangeiro, Prestes dizia ser “*um dos colaboradores mais eficientes* do progresso e da prosperidade dos povos mais atrasados”.

Vargas “seria uma deserção e uma traição que não contribuiria de forma alguma para a União Nacional”. Para o líder pecebista, caso Vargas deixasse o poder haveria o risco de despertar “novas esperanças entre os fascistas e reacionários”, aumentando “as dificuldades, tornando mais ameaçador ainda os perigos de golpes de estado e guerra civil”. Sendo assim, “[o] que convém ao nosso povo, aos homens sensatos e honestos de todas as classes, é que as próximas eleições constituam mais um fator, e considerável, de unificação nacional, *de paz, de ordem e tranqüilidade*”. (PRESTES *Apud* CARONE, 1982: 36, todos os grifos nossos)

Para o Cavaleiro da Esperança, caberia ao proletariado um papel dirigente nesse esforço de unificação nacional, “porque só a classe operária organizada sindicalmente pode realmente mobilizar as grandes massas populares”. E qual o sentido da mobilização? Transformar o sindicato em “instrumento de luta pela união nacional e *garantia máxima da ordem interna*” sendo este o grande dever da classe operária. De acordo com Prestes: “Nós, comunistas e antifascistas conscientes, que temos sido nestes dias de agitação, em que se prega a desordem e se fala abertamente em golpes armados, *o esteio máximo da ordem e da lei*”, de modo que os comunistas tinham o dever de exigir do governo que revogasse a “legislação caduca” para que o país pudesse marchar para a democracia, tornando possível a União Nacional de todas as forças antifascistas, a bem da nação (PRESTES *Apud* CARONE, 1982: 37-38, todos os grifos nossos).<sup>6</sup>

O discurso de Prestes repercutiu intensamente nos meios políticos, sindicais e entre a grande massa de trabalhadores que há anos amargava uma crise econômica que lhes impunha as maiores adversidades. Em função da repressão que os comunistas tinham sofrido sob a ditadura de Vargas, muitos esperavam uma postura menos conciliadora da parte de Prestes. Todavia, Prestes era o mais prestigioso líder dos comunistas e do proletariado brasileiro, de maneira que a moderação do tom do seu discurso em relação a Vargas, quando reafirmou a importância da União Nacional em torno do governo, foi entendida como a justa linha política, adotada pelo partido desde, pelo menos, 1942/43 (FALCÃO, 2000: 246).

---

<sup>6</sup> Ainda para Prestes: “A união nacional é possível e existem em nossa terra todas as condições objetivas para a sua realização. [...] A desordem e a desunião só interessam ao fascismo, aos remanescentes da quinta-coluna no país e aos agentes do capital estrangeiro mais reacionário, os agentes do isolacionismo americano e do muniquismo inglês, inimigos todos da democracia e do nosso povo”.

Em todo caso, Prestes não havia deixado de apresentar uma pauta de reivindicações econômicas ao governo que pretendia apoiar. Afinal de contas, estava em jogo a consecução das tarefas burguesas da revolução brasileira. Da pauta, na qual pedia um “estudo e imediata aplicação” de algumas medidas que atenderiam aos “mais altos interesses da Pátria, o progresso do Brasil e o bem-estar de nosso povo”, constavam:

1. O estímulo á produção de víveres, especialmente nas proximidades dos centros de maior consumo e a entrega de terras gratuitamente a famílias camponesas que se comprometam a explorá-las imediatamente. Estimulo e apoio ao cooperativismo livre e democrático, pelo credito barato e, se possível, sem juros; auxilio financeiro e técnico ao pequeno agricultor e, se for necessário, fixação e a garantia de um preço mínimo para a produção, aconselhada pelo governo. 2. Redução do imposto do consumo e de todos os impostos sobre trocas internas que devem ser o mais rapidamente possível desembaraçadas de todos os obstáculos atuais. 3. Aumento do imposto sobre a renda, de uma maneira progressiva. Um novo imposto sobre o capital. Empréstimos forçados sobre os lucros extraordinários, em escala fortemente progressiva. 4. Utilização imediata dos saldos-ouro no estrangeiro para aquisição de navios, material ferroviário, usinas e material elétrico, caminhões, tratores e maquinaria agrícola. 5. Eliminação na medida do possível do intermediário na venda de nossos produtos ao estrangeiro, como já se vinha fazendo com sucesso, em real beneficio do pequeno produtor, com a exportação do cacau. 6. Elevação ponderável, isto é, cento por cento [sic], pelo menos, dos salários mínimos; e elevação geral de todos os salários e vencimentos inferiores a mil cruzeiros e quinhentos cruzeiros por mês. (PRESTES *Apud* CARONE, 1982: 35)

Ainda assim o PCB era incansável em sua luta pelo aperfeiçoamento da legislação trabalhista, com a exigência da supressão dos dispositivos que impediam a autonomia dos sindicatos. Enquanto isso, também permanecia buscando se por à frente dos trabalhadores nas suas principais lutas econômicas. A este propósito, muito em função do recrudescimento da pressão operária, os comunistas deram uma contribuição fundamental para a reorganização do Movimento de Unificação dos Trabalhadores (MUT), cujas bases tinham sido lançadas pelos pecebistas e trabalhistas em 30 de abril de 1945, vindo a ser finalmente fundado um mês depois, exatamente em 30 de maio de 1945. “O MUT era uma espécie de intersindical e tinha por objetivos não só a unidade dos trabalhadores, mas também a finalidade de inserir os sindicatos e o movimento operário na política geral, ou melhor, no movimento democrático”, definiu José Antonio Segatto (SEGATTO, 1989: 65).<sup>7</sup> Em verdade os comunistas pretendiam, com o MUT,

---

<sup>7</sup> No documento lançado pelo MUT expondo as suas principais reivindicações, estava dito: “*Conclamaremos a união para garantir, no muito que dela depende, a ordem e a tranqüilidade da Pátria contra as manobras criminosas de seus inimigos externos e internos. Só a eles interessa explorar e acentuar os fatores de desunião, de desconfiança, de desordem, de debilitamento da própria soberania nacional. Por isso a classe operária quer e nós queremos a unidade. Esta é a nossa tarefa fundamental*”. (grifos nossos) “PELA UNIDADE dos trabalhadores”. *O Momento*, 14 de maio de 1945. BPEB, Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais.

romper o isolamento em que se encontravam diante do movimento operário, aproximando-se dos setores trabalhistas ligados a Vargas e disputando os rumos dos sindicatos com as lideranças ditas “pelegas” com o fito de prosseguirem construindo a União Nacional no país. Dessa forma, os pecebistas lutaram pela eleição de direções sindicais unitárias, o que, para Francisco Weffort, significava que os comunistas não apenas “não estavam interessados em confrontar suas forças com os ‘pelegos’ formados durante o Estado Novo como buscavam formar alianças com eles”. (WEFFORT, 1973: 83)<sup>8</sup>

De fato, no primeiro trimestre de 1945, uma vaga grevista havia alcançado o país e as lideranças organizadas do operariado, principalmente comunistas e trabalhistas, temiam perder o controle da mobilização. Acossados por longos anos de exploração, baixos salários e inflação alta, os trabalhadores, contudo, pareciam pretender ir além dos limites sugeridos pelas suas direções. Para o PCB os planos de uma saída política *pacífica* para a democratização do país com Vargas à frente do governo podiam ser ameaçados pelo entusiasmo da luta operária. De acordo com Luiz Werneck Vianna, que não deixa de assumir o discurso dos comunistas do período, as mobilizações operárias e as greves apontavam, no limite, “para uma evidente reversão na hierarquia das contradições que estruturavam o período”, pois “[t]endia-se a elevar para o primeiro plano a resultante do antagonismo entre o capital e o trabalho, em detrimento das tarefas políticas da redemocratização do país e da conservação do seu ritmo de industrialização”. (VIANNA, 1999: 314) Já Giovannetti Netto, defende que os pecebistas haviam trocado “a linguagem revolucionária pela linguagem reformista”, desnudando “o propósito do Partido de colocar-se como intermediário entre o operariado e o governo, transformando-se num instrumento do poder, o que lhe custaria,

---

<sup>8</sup> Para Arnaldo Spindel, “O aparecimento do Movimento Unificador dos Trabalhadores em abril de 1945 marca o início da ofensiva do Partido Comunista junto aos sindicatos. Os termos do seu primeiro manifesto mostram de maneira cristalina a disposição para colaboração com os pelegos e a aceitação relativa da estrutura e legislação anteriores”. (SPINDEL, 1980: 56). Defendendo posição inversa à de Weffort e Spindel, Werneck Vianna argumenta: “O ‘queremismo’, movimento de mobilização das classes subalternas que refletia a aliança dos assalariados varguistas com os comunistas, e que aspirava a redemocratização com Vargas, como se comprova através da experiência e documentação do MUT, não importava na aceitação por parte da esquerda operária da estrutura sindical corporativa. Deu-se o inverso. O sindicalismo unitário e autônomo adquiriu tal importância que uma das primeiras medidas do governo José Linhares foi decretar o pluralismo sindical” (VIANNA, 1999: 311).

anos depois, uma severa, mas pouco eficiente autocrítica[...]”(GIOVANNETTI NETTO, 1986: 51).

Em todo caso, os comunistas lutaram para evitar as greves, pois como acrescenta Weffort, os dirigentes do MUT “[f]arão o possível para evitar as greves, mas não deixarão de participar quando venham a revelar-se inevitáveis”. (WEFFORT, 1973: 90) Para o PCB não era tarefa fácil enfrentar o seu principal interlocutor, de maneira que caminharão na linha tênue entre a aspiração de ser o único representante da classe trabalhadora ou ser o “Partido de todo o Povo”, o que implicava agradar vários setores com relações históricas contraditórias e irreconciliáveis. Assim estabeleceram as mediações medindo as palavras, tentando explicar aos trabalhadores o que parecia inexplicável, sendo este o sentido do discurso do dirigente comunista Luiz Araújo, secretário-geral do Segundo Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos, realizado em maio:

Quando reivindicamos medidas de colaboração na solução dos problemas da Bahia e do Brasil, estamos lutando pela emancipação econômica e política de nossa Pátria. Quando reivindicamos medidas de cooperação sindical, estamos lutando pela solução dos nossos problemas, *dentro da ordem e do respeito mútuo entre as classes*. Quando reivindicamos medidas para os problemas da paz democrática, *estamos lutando por uma saída pacífica da crise política brasileira, outra qualquer solução violenta é desligada do povo brasileiro*; estamos lutando pela consolidação da amizade do Brasil com todos os países democráticos, contra os novos métodos mascarados do nazi-fascismo; estamos lutando contra a articulação do integralismo, que visa reforçar a sua obra de traição e de miséria.<sup>9</sup>

Como os comunistas envidavam esforços para estabelecer uma aliança duradoura com Vargas no âmbito nacional, nada mais natural que fizessem o mesmo dentro da estrutura sindical atrelada ao Estado, tanto em função dos interesses maiores da luta antifascista, como porque entendiam que a permanência de Getúlio Vargas no poder era um imperativo para a transição democrática no país. Em vista dessa política, denunciaram as posições golpistas e reacionárias que se moviam por fora do governo, ignorando que o inimigo estava mais perto do que pretendiam. Com efeito, quando em 29 de outubro de 1945 Vargas foi deposto por forças articuladas do interior do seu governo e de fora dele, os comunistas não viram alternativas senão lutar para consolidar o governo

---

<sup>9</sup> “OS TRABALHADORES fortalecem a sua unidade”. *O Momento*, 21 de maio de 1945. BPEB, Setor: Periódicos Raros, Acervo: Jornais (grifos nossos).

golpista numa tentativa desesperada de evitar que os reacionários avançassem ainda mais (SENA JÚNIOR, 2009: 247-248).

Contudo o anticomunismo fincou bases sólidas no Brasil antes mesmo que a Guerra Fria desse o tom dos novos tempos em outras partes do globo. Tanto é assim que um ano depois de ser uma das principais forças eleitorais do pleito realizado em 1945, o PCB teve seu registro cassado em maio de 1947 e em janeiro do ano seguinte, seus 15 deputados eleitos, mais o senador Luiz Carlos Prestes, foram postos para fora da cena política nacional enquanto seguiam lutando pela União Nacional e continuavam afirmando que apoiavam o governo do general Eurico Gaspar Dutra “em seus atos democráticos” (SENA JÚNIOR, 2009: 248-257). Nesta altura, após exortar os trabalhadores a renunciarem às suas principais armas e a esperaram as vozes comunistas no parlamento, e também a luta jurídica que se travou entre o momento da cassação do registro e a supressão dos mandatos dos parlamentares que tinham ajudado a elaborar a Constituição de 1946, o PCB não encontrou viv’alma que viesse às ruas lhe defender. Só lhe restou o caminho da clandestinidade e de uma nova inflexão, desta feita de caráter esquerdista e de ruptura completa com o governo, os sindicatos e a política institucional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARONE, Edgar. *O PCB. 1943 a 1964*. São Paulo: DIFEL, 1982, v. 2.

DASSÚ, Marta. “Frente única e frente popular: O VII Congresso da Internacional Comunista”. In: HOBSBAWM, Eric. J. (Org.). *História do marxismo. O marxismo na época da terceira internacional: da Internacional Comunista de 1919 às Frentes Populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, v. 6, p. 293-336.

DIMITROV, Jorge. *Obras escolhidas*. Lisboa: Estampa, 1976, v. 3.

FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci. (20 anos de clandestinidade)*. 2 ed. Salvador: Contexto & Arte Editorial, 2000.

GIOVANETTI NETTO, Evaristo. *A bancada do PCB na Assembléia Constituinte de 1946*. São Paulo: Edições Novos Rumos, 1986.

KAREPOVS, Dainis. *Nos subterrâneos da luta: um estudo sobre a cisão no PCB em 1937-1938*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da FFLCH/USP, São Paulo, 1996.

------. *Luta subterrânea: o PCB em 1937-1938*. São Paulo: HUCITEC, UNESP, 2003.

PRESTES, Luiz Carlos, *Problemas atuais da democracia*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1947.

SEGATTO, José Antonio. *Breve história do PCB*. 2 ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil. 1936-1948*. São Paulo: Annablume, 2009.

SPINDEL, Arnaldo. *O Partido Comunista na gênese do populismo. Análise da conjuntura da redemocratização no após-guerra*. São Paulo: Edições Símbolo, 1980.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 4 ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil. (A conjuntura do após-guerra). *Estudos CEBRAP*, nº 4, São Paulo, p. 67-105, abr., maio, jun., 1973.

ZIMBARG, Luís. *O cidadão armado (Comunismo e tenentismo: 1927 – 1945)*. Franca-SP: Dissertação de Mestrado/UNESP, 2001.